

# Marcas (in)visíveis: mulheres, vulnerabilidades, violências e transgeracionalidade

*(Un)seen marks: Women, vulnerabilities, violence and transgenerationality*

*Marcas (in)visibles: mujeres, vulnerabilidades, violencia y transgeneracionalidad*

Vanessa Russi Fiorini<sup>1</sup>

Mariana Gonçalves Boeckel<sup>2</sup>

## Resumo

*O conceito de vulnerabilidade não se limita ao acesso à renda, ele também repercute em outras diversas esferas da vida. A violência interpessoal é uma das repercussões possíveis das vulnerabilidades vivenciadas pela população, e reconhecida por organismos internacionais como um tema de relevância social, mundial e de saúde pública. Essa tipologia de violência pode ocorrer de duas formas: intrafamiliar ou comunitária. Com método qualitativo de estudos de casos múltiplos e delineamento transversal, este estudo realizou entrevistas com oito mulheres atendidas em Centros de Referência de Assistência Social de uma cidade na região metropolitana do sul do Brasil, buscando conhecer suas vivências de violências interpessoais transgeracionais e atuais. A análise dos resultados foi realizada pela triangulação de dados e síntese dos casos cruzados. Os resultados demonstram que as situações violentas vivenciadas são desde as intrafamiliares até as comunitárias, atravessando gerações. Evidencia-se a ausência de redes de suporte nas vivências de violência e a dificuldade em encontrar espaços que possibilitem a construção de novos cotidianos.*

---

1 Prefeitura Municipal de Guaíba, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9491-377X>. E-mail: [fioriniconsultoria@gmail.com](mailto:fioriniconsultoria@gmail.com)

2 Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2806-0238>. E-mail: [marianagb@ufcspa.edu.br](mailto:marianagb@ufcspa.edu.br)

**Palavras-chave:** Violência; Mulheres; Vulnerabilidade; Relações Familiares; Assistência Social.

## Abstract

*The concept of vulnerability extends beyond income access and affects various other aspects of life. Interpersonal violence is one of the possible repercussions of the vulnerabilities experienced by the population and is recognized by international organizations as a matter of social, global, and public health relevance. This type of violence can occur in two forms: intrafamilial or community-based. Using a qualitative method with multiple case studies and a cross-sectional design, this study carried out interviews with eight women assisted by local social assistance centers in a city in the southern metropolitan region of Brazil, aiming to understand their experiences with transgenerational and current interpersonal violence. The analysis of the results was carried out through data triangulation and cross-cases synthesis. The results show that the violent situations experienced range from intrafamilial to community-based, crossing generations. The narratives highlight a lack of support networks in situations of violence and the challenges in accessing spaces that foster the construction of new everyday lives.*

**Keywords:** Violence; Women; Vulnerability; Family Relations; Social Work.

## Resumen

*El concepto de vulnerabilidad no se limita al acceso a los ingresos; sino que también tiene repercusiones en otras esferas de la vida. La violencia interpersonal es una de las posibles repercusiones de las vulnerabilidades vividas por la población y reconocida por las organizaciones internacionales como un tema de relevancia social, mundial y de salud pública. Este tipo de violencia puede producirse de dos maneras: intrafamiliar o comunitaria. Con un método cualitativo de estudios de casos múltiples y un diseño transversal, este estudio realizó entrevistas con ocho mujeres atendidas en los servicios sociales del territorio de una ciudad en la región metropolitana del sur de Brasil, con el objetivo de conocer sus vivencias de violencia interpersonal transgeneracional y actual. El análisis de los resultados se realizó mediante la triangulación de datos y la síntesis de los casos cruzados. Los resultados muestran que las situaciones violentas vividas van desde las intrafamiliares hasta las comunitarias, atravesando generaciones. Se evidencia la ausencia de redes de apoyo en las vivencias de violencia y la dificultad para encontrar espacios que posibiliten la construcción de nuevos cotidianos.*

**Palabras clave:** Violencia; Mujer; Vulnerabilidad; Relaciones Familiares; Desarrollo Social.

## INTRODUÇÃO

Com o surgimento da constituição cidadã (Brasil, 1988), ensaiou-se a possibilidade de um estado de bem-estar social, com base no estabelecimento do tripé da seguridade social: Previdência, Saúde e Assistência Social, inaugurando o acesso às políticas públicas de Estado por parte da população não ativa economicamente (Carmo & Guizardi, 2018). A assistência social, antes ligada à filantropia, só se consolida enquanto direito universal com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), redesenhando-a na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é o sistema público que organiza os serviços socioassistenciais de modo descentralizado nos territórios, baseado na Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial ([PSE], Brasil, 2004). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) encontra-se na PSB, tendo como principal instrumento o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de caráter continuado, protetivo e fortalecedor dos vínculos (Brasil, 2014).

Cabe destacar que o conceito de vulnerabilidade não está condicionado somente à ausência ou à insuficiência econômica, mas também à fragilização de vínculos afetivos e relacionais, acesso a bens, políticas e serviços (Brasil, 2004). A vulnerabilidade atrela-se à noção de risco, acabando por imprimir pressupostos individualizantes e culpabilizadores na parcela mais pobre da população, sendo necessárias políticas públicas que objetivem um trabalho social de garantia de direitos (Carmo & Guizardi, 2018). O CRAS e, mais especificamente, o PAIF visam ao fortalecimento de vínculos, bem como da cultura do diálogo, do combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (Brasil, 2014).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é um tema de relevância mundial, social e de saúde pública (World Health Organization [WHO], 2002). Neste artigo, tratar-se-á da violência interpessoal: aquela que ocorre entre membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos (WHO, 2014). Ela se divide em dois subtipos: intrafamiliar e comunitária. O primeiro está relacionado à violência instaurada entre

membros da família ou companheiros sentimentais, e acontece, geralmente, no ambiente doméstico, apesar de não se limitar a este lugar (WHO, 2002). Já a violência comunitária é aquela que ocorre no meio social em si, podendo ser realizada por conhecidos ou desconhecidos (WHO, 2002). É preciso ampliar o olhar da família aos contextos social e cultural; neste sentido, Bronfenbrenner (2011) propõe o modelo bioecológico para a compreensão dos fenômenos sociais, considerando quatro elementos: pessoa, processo, tempo e contexto (PPCT). À luz dessa teoria, o autor propõe um modo de compreender o processo de desenvolvimento dos sujeitos, com destaque aos significados das interações com os contextos em que se inserem. Nesse sentido, o contexto refere-se a qualquer evento ou condição fora do organismo com capacidade de influenciar ou ser influenciado pela pessoa em desenvolvimento, sendo esses eventos classificados como os sistemas propostos por Bronfenbrenner (1996): microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Esses sistemas são organizados como círculos concêntricos que compõem o ambiente ecológico em que se inscreve o sujeito, partindo do contato face a face aos fenômenos da cultura, subcultura e ideologia que influenciam de alguma forma a vida. Na comunidade, a qual se pode inscrever nos âmbitos micro, meso e exossistêmico, o uso e o tráfico de drogas são fenômenos de grande repercussão (Reis & Oliveira, 2017). Em famílias em situação de vulnerabilidade, essa dinâmica se vê retroalimentada, uma vez que as ausências de renda e emprego são, ao mesmo tempo, um fator de risco para muitas situações adversas e, muitas vezes, propulsor para o uso e tráfico de drogas, reverberando em toda dinâmica e organização familiar (Sakiyama, Padin, Canfield, Laranjeira & Mitsuhiro, 2015).

Em contextos de risco, as famílias tendem a silenciar os episódios violentos, constituindo-os em interditos, especialmente quando se situam no âmbito das relações privadas (Narvaz & Koller, 2006). Nesse sentido, faz-se necessário considerar algumas características: classe social, gênero, nível de escolaridade, inserção laboral, e transgeracionalidade do fenômeno, compreendendo-o como complexo e multifacetado. A ausência de apoio e recursos intrafamiliares e sociais dificultam a constituição de um sistema saudável, reverberando em histórias transgeracionais de violência, que, por

vezes, se mostram como a única possibilidade de responder aos conflitos instaurados, em um ciclo que se repete, de mãe para filha (Walsh, 2016). Presenciar episódios de violência conjugal na infância e na adolescência é um fator de risco para a repetição das mesmas estratégias disfuncionais em relações futuras (Sant'Anna & Penso, 2017; Falcke & Féres-Carneiro, 2011).

Apesar de existirem muitos estudos sobre violência interpessoal, sua associação aos fenômenos da transgeracionalidade e das vulnerabilidades não é um tema recorrente na literatura, especialmente no que se refere a famílias em vulnerabilidade socioeconômica, especificamente na vivência de mulheres, com o método estudo de casos múltiplos com uso de genograma. Com isso, o presente artigo busca conhecer qualitativamente as experiências de violências interpessoais transgeracionais e atuais, de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em dois Centros de Referência de Assistência Social no Sul do Brasil.

## MÉTODO

Pesquisa qualitativa de estudos de casos múltiplos, com delineamento transversal.

### Participantes

Participaram deste estudo oito mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendidas por dois CRAS no Sul do Brasil. Foram adotados como critérios de inclusão os seguintes pontos, a saber: (i) ter mais de 18 anos; (ii) ser alfabetizada; (iii) ter pelo menos um filho; (iv) ter tido pelo menos uma relação amorosa com duração mínima de seis meses; e (v) ter coabitado com companheiro(a) em algum momento. Como critérios de exclusão: (i) não ser usuária atendida no CRAS; e (ii) não possuir inscrição no Cadastro Único de Programas do Governo Federal. Os dados sociodemográficos são apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1. Dados sociodemográficos**

	N	%
<b>Sexo</b>		
Mulheres	8	100
<b>Idade</b>		
Média	33,75	
<b>Raça/Cor</b>		
Preta	2	25
Branca	6	75
<b>Renda (per capita)</b>		
Até R\$ 89,00	5	62,5
Mais de R\$ 178,00	3	37,5
<b>Políticas de Transferência de Renda (Programa Bolsa Família)</b>		
Sim	8	88,9
Não	1	11,1
<b>Escolaridade</b>		
Ensino Fundamental Incompleto	5	62,5
Ensino Fundamental Completo	1	12,5
Ensino Médio Completo	2	25
<b>Estado Civil</b>		
Solteira	5	62,5
Casada	1	12,5
Separada/Divorciada	2	12,5
<b>Número de Filhos</b>		
1	1	12,5
2	3	37,5
3	2	25
4 ou mais	3	25
<b>Situação de Moradia</b>		
Própria (ocupação)	4	44,4
Própria (regularizada)	1	11,1
Cedida por familiar	4	44,4
Própria (ocupação)	4	44,4

Fonte: elaborada pelos autores.

## Instrumentos para coleta de dados

Para a coleta de dados, foi aplicada uma ficha de dados pessoais e sociodemográficos. Em seguida, construiu-se o genograma familiar, uma técnica utilizada para acessar aspectos transgeracionais (Boeckel & Prati,

2016). Foi elaborado, também, um roteiro com 11 perguntas, em formato de entrevista semiestruturada dividida em três temas: violência interpessoal, rede de pertencimento e transgeracionalidade.

## **Procedimento éticos e processo de coleta de dados**

O projeto foi aprovado pelo CEP – CAAE 3.458.839 e obedece às determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após as aprovações, foi iniciado o processo de coleta de dados, por meio de convite e agendamento das entrevistas nos CRAS das participantes. As participantes foram acessadas por conveniência.

## **Procedimentos para análise dos dados**

O método para análise das informações foi o de triangulação e síntese cruzada dos casos (Yin, 2015), com base na narrativa dos genogramas, do questionário aplicado, e da análise de semelhanças e singularidades dos casos.

## **RESULTADOS**

Em um primeiro momento, são apresentados os resultados provenientes das descrições das histórias relacionais, dinâmicas e fenômenos apreendidos das entrevistas dos genogramas de cada participante. De maneira subsequente, em cada seção familiar, são exibidos os dados obtidos pelo questionário semiestruturado, vinculado aos dados do genograma e correspondente aos temas que emergiram da análise: violência, transgeracionalidade, redes de pertencimento e estereótipos de gênero. Posteriormente, é realizada a discussão dos achados das diferenças e singularidades entre os casos.

## Família 1: Aline<sup>3</sup>, ensino fundamental incompleto, recicladora.

Aline, 34 anos, é a quarta filha de Dionísio e Elba. Dionísio, seu pai, faleceu em decorrência de um câncer. Sua mãe, Elba, está viva (61 anos). Do relacionamento de Elba e Dionísio, nasceram seis filhos: Fernando (falecido), Joana (41), Renata (36), Aline (34), Miriane (30) e Flaviane (27). Aline possui outro irmão, Douglas, pessoa com deficiência, de 22 anos, que nasceu do relacionamento de Elba com Milton, segundo casamento de Elba. Atualmente, Elba possui um relacionamento com Jocir, de 60 anos. Aline teve quatro relacionamentos amorosos. Da primeira relação, com Fábio, não teve filhos. Do segundo relacionamento, com Alexsandro, nasceram três filhos, Ian (14), Flaviano (13) e Nando (11). Após o rompimento dessa relação, Aline conheceu Ricardo, com quem teve o filho Lucas (5), e após o término do relacionamento, teve Otho (3), fruto de sua relação com Robson, também já rompida. Atualmente, Aline reside com seus cinco filhos e é usuária de drogas ilícitas, predominantemente crack. Durante a entrevista, não revelou muito sobre seus vínculos, mas apontou um distanciamento existente em sua relação com a mãe. Em relação ao seu pai, percebe-se a sua ausência, ao longo de seu desenvolvimento, mesmo esse tendo estado casado por anos com sua genitora. Ao ser perguntada sobre como nomearia sua família, Aline disse que não pensava em nenhuma opção.

Aline, em suas respostas ao questionário aplicado, referiu entender a violência como *“tudo”*: *“se eu vejo que já vão bater no idoso, já parto pra cima, ‘tô’ nem aí pra polícia, pra nada. Quer ver eu me sair é com idoso e criança”*. Mencionou episódios de violência familiar: agressão entre seu cunhado e irmã, o falecimento de seu irmão e negligência dos genitores de seus filhos com eles. Buscando acesso aos direitos de seus filhos (pensão alimentícia), mencionou ter buscado apoio com sua irmã Joana, e com advogado privado. Pessoalmente, referiu não ter vivido episódios de violência física. Aline identifica as mulheres da família vivenciando recasamentos: *“mulheres ficam com os filhos e não levam desaforo pra casa. Nenhuma*

---

3 Os nomes de todas as participantes do estudo, tanto as mulheres, quanto os membros de suas famílias, foram alterados para preservar suas identidades

*de nós foge da briga*". Em comum entre as gerações, percebe o número semelhante de filhos, sendo que Aline vê seu papel familiar como de *"pai e mãe"*. Verifica que, transgeracionalmente, existem muitos conflitos entre filhos/irmãos. Sobre a Aline mulher, diz: *"tá bem esquecida"*.

## Família 2: Shena, ensino médio completo, autônoma.

Shena, 34 anos, é a quarta filha de Eunice (70) e Elzo (falecido aos 61 anos, usuário de álcool). Eunice, mãe de Shena, vem de uma família de doze filhos, provenientes da relação entre Carlos e Florinda, ambos falecidos. Shena menciona que sua avó, Florinda, era conhecida por ditar as normas familiares. Da união de Eunice e Elzo, nasceram cinco filhos: Júlia (50), Sílvia (45), Jonas (41, usuário de substância psicoativa – SPA), Shena e Iuri (gêmeos, 34 anos; sendo Iuri usuário de SPA). Shena tem três filhos, todos gerados em seu primeiro relacionamento, com Maicon (36, usuário de cocaína): Ellen (15), Enzo (14) e Jorge (12). Maicon já esteve em privação de liberdade por acusação de estupro, e Shena o avalia como pai ausente. Em 2008, Shena realizou laqueadura. Após a separação de Maicon, teve outros dois relacionamentos, também rompidos: com Cícero (36) e com Júnior (42). Ambos eram usuários de SPA: *"no início eram tranquilos, depois que se envolveram com meus irmãos – Jonas e Iuri – não prestaram mais, só queriam saber de festa e álcool"*. Shena nomeou sua família como *"Família Complicada"*.

Em sua definição de violência, Shena coloca: *"é também uma pessoa grossa, agressiva. Pode ser física e verbal. Jogar coisinhas no ar, indiretas que magoam, discriminações racial e social"*. Refere que sua irmã, Sílvia, relembra episódios de violência por parte do genitor: *"ela diz que ele batia até sangrar. Ameaçava a mãe (Eunice) de morte, com arma"*. Shena, no entanto, relata não ter vivenciado essas situações, mas entende que os fatos impactam de certa forma em sua vida. Shena referiu um episódio de violência conjugal com Maicon: *"ele tentou me sufocar e eu saí com um facão"*. Sentiu-se muito mal, pois Maicon era alguém que ela amava e para quem se dedicava. Quando viveu esse episódio, não recebeu o apoio

familiar esperado: *“Minha mãe me obrigou a casar, porque eu ‘tava’ grávida. Minha irmã até que tentou ajudar, ficou apavorada, xingou o Maicon. Minha irmã foi minha mãe”*. Shena percebe que as mulheres da família possuem em comum a garra, a batalha: *“Os homens não têm nada disso, são preguiçosos”*. Identifica seu papel na família como ambivalente: *“encostada e severino”*, referindo-se ao fato de não possuir trabalho formal, mas ser resolutiva quanto aos problemas familiares: *“trabalho mal remunerado esse”*. Acredita que sua família nuclear atual se difere das gerações passadas, no que tange à relação pais-filhos: *“não tem brigas entre eu e meus filhos ou entre eles”*. Nas relações conjugais, percebe algumas semelhanças, pontuando diferenças: *“traições e uso de drogas/álcool. Mas diferente das outras (mulheres da família), eu não aceito”*.

### Família 3: Sônia, ensino fundamental completo, autônoma.

Sônia (29 anos) é a única filha do relacionamento entre Valdo e Simone. No entanto, Sônia foi criada, de fato, por seus avós paternos, Boris e Amarilda, ambos falecidos aos 75 anos. Além de Valdo, Boris e Amarilda tiveram outros dois filhos. Quando seus avós faleceram, Sônia foi emancipada, aos 14 anos, passando a residir sozinha aos 15. Sua relação com Simone está rompida, nunca tendo se efetivado uma relação mãe-filha; quanto ao pai, Valdo, também refere relação distante. De um relacionamento amoroso anterior de Valdo, nasceram os irmãos gêmeos de Sônia, mais velhos, com os quais ela também não possui contato. Simone teve outras três filhas: Priscila (27), Yana (26) e Caroline (23,). Sônia viveu um relacionamento amoroso com Diego (27, usuário de SPA), com quem teve dois filhos: Vinícius (4) e Kamily (2). Eles se separaram recentemente, e é Sônia quem realiza os cuidados dos filhos. Ao ser questionada sobre como nomearia sua família, disse que não lhe ocorria nenhuma opção.

Sônia, em sua entrevista sobre o genograma, definiu violência como: *“É tudo. É um tapa, umas palavras. Quando as pessoas te magoam”*. Quanto às vivências do fenômeno violento em gerações anteriores, Sônia refere não se recordar. Na sua história, mesmo relatando o abandono

dos pais, entende que essa foi uma forma de cuidado: *“me entregaram pra quem ia cuidar”*. Já com o ex-companheiro, traz marcas da violência doméstica: *“ele me agredia com palavras, dava tapas. Chamava de puta e vagabunda”*. Sônia entende essas vivências como uma falta de consideração: *“Ele não lembrou de tudo que eu fiz pra ele. Não me valorizou. Sinto mágoa, tristeza, raiva”*. Sobre esse episódio, menciona ter recebido ajuda somente institucional: *“as pessoas não me ajudaram porque não sou de pedir ajuda. Mas tive ajuda aqui, do CRAS. E a dona Carmen (responsável por uma instituição comunitária), foi comigo fazer o B.O., na delegacia”*. Não entende que haja semelhança entre todas as mulheres da família: *“só é comum entre mim e minhas irmãs: Nós não abandonamos nossos filhos, diferente da mãe”*. Sobre o seu papel na família: *“Me vejo sendo o homem, a mulher, o pai e a mãe ao mesmo tempo”*. Vê semelhanças entre sua família nuclear atual e as gerações anteriores no que diz respeito ao cuidado: *“mãe protegendo os filhos, como minha avó fazia conosco”*.

#### Família 4:

##### Denise, ensino fundamental incompleto, dona de casa.

Denise (50 anos) é a quinta filha, de um total de oito, da união de Filipe (falecido aos 70) e Pamela (85 anos). Seu pai era usuário de álcool, situação que acarretou impactos em sua saúde, tendo falecido em decorrência dessas repercussões. Sua irmã mais velha, Amália (59) é casada e tem duas filhas. Fernando (56) e Vitor (55) eram usuários de drogas. Amilton (52) é deficiente visual, Joselita (48) teve uma filha de um relacionamento que terminou por infidelidade. Rita (43) é casada e tem dois filhos e seu irmão Gilson (40) é solteiro. Nenhum homem, dentre os irmãos de Denise, possui relacionamento amoroso ou filhos. Denise tem duas filhas: Marina (23) e Priscila (17), provenientes de dois relacionamentos. Marina é filha de Barroso, que era usuário de SPA, e Priscila, de Rubens. O último relacionamento mencionado por Denise foi um namoro, também já rompido com Vilson, que era usuário de SPA. Marina, da relação com Flávio (24), teve dois filhos: Tiago (5) e Diego (2). A relação com Flávio terminou, devido à traição e Tiago passou a residir com a avó, Denise. Priscila, que voltou a

residir com a mãe, teve um relacionamento com Iuri (23), que assim como a relação da irmã, terminou por infidelidade. Ao ser questionada sobre como nomearia sua família, disse que não pensava em nenhuma opção.

Denise, em sua entrevista, ao definir a violência disse: *“É palavrão, é ‘passamento’, vagabundo que passa a mão na gente. Um roubo, especialmente quando a gente é velha”*. No entanto, não conseguiu recordar de episódios de violência vivido por gerações familiares anteriores. Ela refere ter sofrido furtos, na comunidade que vivia anteriormente, e refere a negligência praticada pelo genitor Rubens, em relação à filha Priscila. Quanto ao episódio de furto, refere não ter contado com o apoio de nenhuma pessoa ou instituição. Denise acredita que as mulheres da família são solidárias, exceto pela irmã Rita que *“acha que é mais que nós”*. Quanto aos homens, define-os como usuários de álcool, menos trabalhadores do que as mulheres, e infiéis. Denise se coloca como o braço direito de todos. Percebe-se parecida com sua mãe: *“eu não deixo minhas filhas trazerem homem pra dentro de casa. Minha mãe era assim”*.

### Família 5:

#### Caren, ensino fundamental incompleto, dona de casa.

Caren (29 anos) é a terceira filha de Pedro (56) e Rita (50). Pedro vem de uma família de 11 irmãos, assim como Rita, que também tem o mesmo número de irmãos. Do casamento de Pedro e Rita, nasceram quatro filhos: Luiza (33), Gustavo (31), Caren (29) e Fernanda (25). Gustavo se envolveu com o tráfico de drogas e outros crimes, e já esteve no sistema prisional. Fernanda teve um filho do seu relacionamento com Kirosmar, que era usuário de SPA. Já Caren, de seu primeiro relacionamento, com Richard (falecido aos 25 anos, por tráfico de drogas e uso de SPA), teve Kamila (14), que hoje reside com os avós, Pedro e Rita. Após o término do relacionamento com Richard, conheceu Igor (33), gerando Kiara (10) e Kiko (5), que residem com o casal. Caren não nomeou sua família.

Definir a violência foi difícil para Caren: *“Muito ruim, muito complicado. É tudo, essa questão de se envolver com o que não deve, gera violência”*. Recorda-se que seu tio materno abandonou nove filhos, e

que isso a impactou, por ver seus primos passando muitas necessidades. Vivenciou a violência junto com sua família, quando houve um tiroteio “direcionado” ao seu irmão Gustavo: *“aquilo foi um terror. Achei que meus filhos iam estar mortos. Meu sentimento é medo, às vezes quase perco meu sono por causa disso”*. Nessa situação, quando perguntada sobre o auxílio recebido, diz: *“Pude contar com a ajuda de pessoas, sim. Com a minha (ironia)”*. Sobre as instituições de suporte, menciona a religião (umbanda). Caren define as mulheres dessa família como cuidadoras, zelosas e promotoras da união. A diferença, entre as gerações da família, fica por conta do uso de drogas. Caracteriza a si própria como filha carinhosa, mas brigona, e destaca características herdadas: protetora, zelosa. Entre as semelhanças das famílias, o que prevalece é mesmo a união.

### Família 6: Diana, ensino médio completo, dona de casa.

Diana (29 anos) é filha de Patrício (66) e Lilian (68). Lilian é a quarta filha de Arnaldo (falecido, sem informação de idade) e Maristela (96). Patrício, de um relacionamento anterior, gerou Artur (42), o qual está atualmente casado com Cláudia. Diana e Patrício tiveram, dos 6 aos 25 anos dela, uma relação bastante distante: *“ele só pagava a pensão (alimentícia)”*. Há quatro anos, voltaram a se falar. Diana teve um relacionamento com Jordano Jorge (35), do qual nasceram dois filhos: Jordano (3) e Olga (1). Hoje, separados, Diana relata que ela e o ex-companheiro mantêm uma relação de amizade e parceria no cuidado com os filhos. Diana não nomeou sua família.

Para Diana, *“violência é tudo que te fere, tanto fisicamente, quanto emocionalmente”*. Não se recorda de episódios vividos em gerações anteriores. Sobre si, destaca um assalto. Na época, recebeu auxílio e apoio de sua mãe. Não houve suporte percebido por instituições. Em sua percepção, o que há de comum entre as mulheres dessa família: *“São mães, muito presentes. São pessoas cuidadosas”*. Entende que os membros da família têm um bom relacionamento. Define-se como uma pessoa atenciosa,

querida, sempre disposta a ajudar. Sobre as gerações (família de origem e família nuclear atual), pontua como diferente o número de filhos e o modo como os homens desempenham o papel de pai.

### Família 7: Camila, ensino fundamental incompleto, dona de casa

Camila (20 anos) é filha de Simone (falecida aos 31 anos, por AIDS) e Lúcio (50). Simone tem oito irmãos. Os avós maternos de Camila são falecidos. Do relacionamento entre Lúcio e Simone, nasceram cinco filhos: Diogo (22), Milton e Camila (20 anos, gêmeos), Jenifer (19) e Mari (16). Simone, após se separar de Lúcio, teve um relacionamento com Ricardo (40 anos, usuário de SPA). Quando Simone faleceu, todos os filhos foram para um abrigo<sup>4</sup>, exceto Milton. Todos os filhos têm um relacionamento distante com o genitor, Lúcio. Camila teve três relacionamentos amorosos. Com Edilson (21), que era usuário de SPA, teve Jonas (2). Durante sua gestação, Edilson avançou em sua barriga com uma faca, o que ocasionou a separação do casal. Ainda durante a gestação, conheceu Ademir, com quem o episódio de violência se repetiu, causando mais uma vez o rompimento. Atualmente, Camila vive junto de seu companheiro Edimilson. Camila nomeou sua família como *“Família Reunida”*.

Para Camila, violência é: *“aquilo que faziam meus ex-companheiros. A ponto de querer fazer abortar uma criança, bater em uma mulher. Judiar de criança, maltratar os próprios filhos. Judiar de idosos”*. Lembra-se que sua mãe vivenciou a violência com o companheiro Ricardo. Camila relaciona essa vivência de sua genitora às violências a que ela foi acometida. Ainda relata a negligência de seu genitor: *“pra mim, não é meu pai”*. Descreve seus sentimentos, sobre as violências sofridas: *“Situação ruim. Sentimento de morrer, sendo judiada por homem. Me senti triste, porque, quando acontecia isso comigo, eu lembrava da minha mãe”*. Dentre as situações que ocorreram, menciona ter sido ajudada somente no episódio com Ricardo, no qual vizinhos e sogra lhe auxiliaram a *“expulsá-lo”* de casa.

---

4 Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

As instituições não contribuíram no rompimento dos episódios violentos, em sua percepção. Sobre as mulheres e seus papéis, Camila destaca: *“Na questão do trabalho, eu, a mãe e a Jenifer. O jeito, o companheirismo”*. Entre as gerações, o laço se encontra na busca por trabalho para garantir o sustento dos filhos. E também, na vivência de violência conjugal. Camila se descreve como: *“Pessoa que passa trabalho. Procuro ajudar os outros, sempre que eu posso”*. Sobre as gerações, entende que há mais diferenças do que afinidades.

### Família 8:

#### Antônia, ensino fundamental incompleto, dona de casa

Antônia (45 anos) é filha de Ricardo (67, usuário de SPA) e Cecília (70). Antônia tem uma relação distante com seus genitores, viu sua mãe duas ou três vezes em sua vida. Ela foi criada pelos avós paternos Osmar (89) e Tamara (falecida aos 64 anos, era usuária de SPA). Antônia tem dois irmãos de relacionamentos posteriores de Ricardo: Arnaldo (35), e uma irmã, a qual não soube referir o nome. Antônia, de seu relacionamento com Jader (50, usuário de SPA) teve três filhos: Gabriel (falecido), Samara (20) e Higor (18). Gabriel, faleceu aos 17 anos, assassinado por envolvimento com o tráfico de drogas, decorrente do uso de drogas ilícitas. Samara é casada com Elias (22), com quem teve Thomas (3). Higor é usuário de SPA e encontra-se internado na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), com acusação de assassinato. Antônia, de sua segunda união, com Tailor, atualmente separados, teve dois filhos gêmeos: Rian e Nataly, de 10 anos. Antônia relatou a vivência de recorrentes episódios de violência doméstica do ex-companheiro, e afastamento dele dos filhos. Antônia nomeou sua família como *“misturada e complicada”*.

Para Antônia, violência é: *“Ser agredida pelo companheiro. Ser obrigada a fazer uma coisa que tu não quer fazer, seja pelo companheiro ou pessoa da família. Agredir uma pessoa, obrigar a fazer aquilo que não quer”*. Não se recorda de vivências de violência por membros de gerações passadas. Mas traz episódios sofridos posteriormente: *“Meu ex-marido, Jader, cometia violência doméstica, quebrava tudo dentro de casa. Com*

*o Tailor também, de violência psicológica. Não me permitia maquiar, me vestir do jeito eu queria. Empurrões, ‘correções’ em frente aos outros”. Sobre seu sentimento: “Medo, raiva, porque a gente não queria que aquilo estivesse acontecendo. Tristeza. Ele fazia eu sentir que eu tava errada. Arrumava amante pra mim e ele que tinha”. Quem a auxiliou foram: “As pessoas da igreja, a ‘mãe’ (tia Rosangela), e largar na mão de Deus”. Ainda destaca como instituição de suporte o CRAS. Refere as semelhanças entre as mulheres da família: “Abandono dos maridos. A gente no começo fica frágil, mas depois levanta a cabeça e segue em frente. Guerreiras, não têm medo de encarar serviço e o mundo”. Já entre os homens, percebe que o uso de substância é aspecto em comum. Descreve a si mesma como: “Uma mãe, que apesar do sofrimento amadureceu, mudou muita coisa, que vivia sob pressão [...]”. Entende que as gerações familiares se diferenciam: “É diferente, estamos escrevendo outra história, mais paciente com outras atividades. Eu tenho paz. Com meus pais era muita ausência. Com meus avós, briga, guerra”.*

## DISCUSSÃO

Nos relatos das participantes é possível identificar a ocorrência das vivências violentas em suas diversas formas. Aquelas que ocorrem dentro de casa – situações de negligência paterna, violência conjugal ou sexual – localizam-se no contexto do microssistema (Bronfenbrenner, 2011). Os microssistemas são compostos dos ambientes em que há contato direto, face a face e, portanto, os vínculos constituídos nessas relações são de extrema importância, possuindo influência direta na pessoa em desenvolvimento. Nos casos apresentados, é possível identificar negligências, especialmente no que se refere às ausências paternas, sendo quase unânime a visão de um homem que não é capaz, que usa substâncias psicoativas e que não assume o cuidado dos filhos. Tais ausências e negligências masculinas são observáveis transgeracionalmente, dificultando a ruptura do ciclo violento e o exercício da coparentalidade (Santos, 2015).

Neste contexto, são constituídas famílias monoparentais femininas, evidenciando um recorte de gênero (Falcke & Féres-Carneiro, 2011). A

mulher, sobrecarregada, precisa se desdobrar no papel de chefe de família, mulher e mãe, sendo constantemente posta à prova, nos âmbitos público e privado (Verza, Sattler & Strey, 2015). Essa sobrecarga pode acabar por criar na mulher um sentimento permanente de falta, pois buscando exercer o papel de dois, acaba por estar sempre com o sentimento de dever algo, situação que se agrava ainda mais pelas ausências de renda (Costa & Marra, 2013; Walsh, 2016). Observa-se que as mulheres vêm assumindo, geração após geração, papel central nos cuidados parentais. Diante das ausências masculinas nas gerações subsequentes, muitas vezes as avós atuam como rede e fonte de ajustamento para as filhas, agora também mães, perpetuando a sobrecarga feminina transgeracional, ou o que Hines (1995) vai denominar de “feminização da pobreza”. Ante tantas violências e ausências, produzem-se mulheres superprotetoras e exaustas na tarefa de tentar dar conta desses cuidados sozinha, por meio de uma herança cultural de monoparentalidade e recasamentos. Evidencia-se, desse modo, a imobilidade dos papéis e manutenção das normas familiares, dificultando a produção de um sistema saudável, que busque outras estratégias de resolução de conflitos, para além da violência, visto que as experiências vividas na família de origem repercutem na dificuldade de identificar padrões ineficazes de relacionamento (Walsh, 2016; Razera, Bedin, Mosmann & Falcke, 2022).

Nem sempre de forma evidente, mas entremeado nas falas de muitas das participantes, se coloca a violência conjugal. O fenômeno ocorre dentro de casa e tem como algoz parceiros íntimos (WHO, 2002). A violência conjugal pode se apresentar de diversos modos e, especificamente neste artigo, ficaram evidentes duas formas: física e psicológica. Em comum, despontam alguns fatores como o uso de substância psicoativa por parte dos companheiros e a transgeracionalidade, demonstrando que a violência doméstica, frequentemente, impacta na funcionalidade familiar, com a reprodução do ciclo da agressão por filhos(as) que sofreram com essa vivência em sua família de origem (Rodrigues et al., 2024). Percebe-se ainda que, muitas vezes, a violência ilustra o estopim do início do uso de substâncias, desencadeando-a e potencializando-a, instaurando, assim, estratégias de dominação na relação (Carvalho, Oliveira, Gomes, Santos, Estrela & Duarte, 2018).

Para Falcke e Wagner (2011), a violência se estabelece nos casais, quase sempre, como um processo cíclico, relacional e progressivo, no qual muitos pares permanecem por anos, sendo de difícil ruptura. E, ainda, quando se rompe com o agressor, é comum que a nova relação também seja violenta. Percebe-se isso nas histórias de Camila e Shena, pois, mesmo quando rompem com o companheiro violento, logo estabelecem uma nova relação nos mesmos moldes. No caso de Camila, relaciona suas vivências às de sua mãe, estabelecendo-se a relação com os modelos de relacionamento que conhece. A participante, ao sofrer agressões físicas, sobretudo quando grávida, recorda do sofrimento da genitora, estabelecendo uma espécie de nexo entre a vivência de hoje e de ontem. Ainda quanto à violência física, Razera, Tomasi, Oliveira, Mosmann e Falcke (2022) demonstram que, em um relacionamento conjugal, quando ocorre de modo unidirecional, é preponderantemente praticada por homens. No caso de Shena, nos três relacionamentos conjugais que estabeleceu, os homens eram usuários de SPA, assim como seu genitor. Percebe-se que o papel de espectador ou de vítima efetiva da violência na infância e adolescência tende a nortear as vivências conjugais futuras, como um modo de reviver as vivências da família de origem nas construções das relações futuras (Sant’Anna & Penso, 2017; Falcke & Féres-Carneiro, 2011). Colossi e Falcke (2019), em um estudo quantitativo, demonstraram a influência da vivência de negligência física e abuso sexual na infância como predispositores para o cometimento de violência física na vida adulta, ao passo que a aliança parental disfuncional atua como propulsor para violência psicológica. No caso de Sônia, a ausência de um modelo parental positivo também pode ter influenciado o estabelecimento desse ciclo violento, resultando preponderantemente a vivência de difíceis sentimentos: *“raiva, tristeza e mágoa”*. Essas mulheres, muitas vezes, emaranhadas nas vivências familiares e sem poder identificar ou falar sobre suas influências traumáticas na constituição do hoje, acabam por repeti-las (Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019). Os fenômenos de violência intrafamiliar aqui apresentados revelam a necessidade de que os profissionais que atuam com essas famílias estejam prontos para atendê-las na complexidade necessária, oferecendo atendimentos efetivos e não apenas encaminhamentos, como ponderam Rolim e Falcke (2018).

Percebe-se, também, a ocorrência de violências e vivências na comunidade, que se situam, pela classificação de Bronfenbrenner (2011), no *meso ou exossistema*, dependendo do grau de interação do sujeito. Nos casos das famílias de Diana e Denise, é possível identificar um medo exacerbado do externo. Diana relata uma vivência de assalto, ao passo que Denise divide uma visão de que “*lá fora há um homem mau*”, e de que os perigos do mundo estão fora de casa, na própria comunidade, que é o externo que a circunda. Nesse ínterim, é importante observar que apenas duas das participantes trataram do fenômeno violência comunitária como fonte de insegurança. Quase todas as participantes deste estudo revelaram a ocorrência do tráfico de drogas na comunidade, bem como o uso de SPA por parte dos homens. Pensando nessas violências e no seu silenciamento, cabe destacar a impressão de um ritmo particular à vida cotidiana das pessoas, causada pelas cenas de horror e morte, apresentadas com tal frequência, que passam a figurar como mais um dia comum nas periferias (Warpechowski & De Conti, 2019). Esses atravessamentos podem ser explicados por intermédio do olhar ao macrossistema. Cabe, no entanto, destacar que com base na repetição desses fenômenos, e a posição de lugar comum que adquirem, são diminuídos os recursos psíquicos para sua elaboração, majoritariamente derivados de um sentimento de desamparo social, reverberando em efeitos de apatia, silenciamento e apagamento subjetivo (Warpechowski & De Conti, 2019). Desse modo, quando pensamos no número de sujeitos das famílias entrevistadas que estavam em uso de substância psicoativa, ou envolvidos com o tráfico de drogas, é preciso atentar para o fato de que esse não é um fenômeno de isonomia social (Reis & Oliveira, 2017).

A vulnerabilidade social dessas famílias e sua escolaridade são fatores limitantes no acesso a trabalho e à renda, ocasionando a ausência de trabalho formal, sendo estes fatores contributivos para a iniciação no uso de drogas (Reis & Oliveira, 2017). As consequências desse uso são inúmeras: a impossibilidade de seguir trabalhando, a perda de renda, a prática de roubos no lar e na comunidade, e a promoção de um estado de dependência familiar, interferindo nas relações intrafamiliares, que estão relacionados diretamente ao comportamento aditivo (Sakiyama et al., 2015). Essa relação bidirecional, retroalimentada entre vulnerabilidade social e uso de drogas,

culmina em enormes riscos para as famílias. Ainda cabe pontuar que o uso de drogas, muitas vezes, leva os usuários ao tráfico, pois estes vêem na comercialização da substância ilícita a única possibilidade de manutenção do uso, possível fonte de sustento para si e para seus familiares (Reis & Oliveira, 2017). Assim, do modo como se estabelece esse ciclo, fica clara a dificuldade de rompê-lo quando estão interpostas ausências nos campos de renda, escolaridade e políticas públicas. Nas famílias entrevistadas, foi possível perceber a impossibilidade de construir novas formas de viver, expressas nas mortes ou prisões decorrentes do tráfico de drogas.

Ainda no campo dos sistemas, destacam-se aquelas vivências não nomeadas, não explicitadas e, por vezes, não pensadas como violências. Expressas no *macrossistema*, trata-se dos fenômenos que perpassam todos os outros ambientes, formando uma rede de interconexões e incluem questões tais como valores culturais e sociais, leis e outras questões que possam afetar de maneira indireta e/ou direta a vida da pessoa (Bronfenbrenner, 2011). As influências do macrossistema na vida das mulheres entrevistadas estão expressas, primordialmente, nos seguintes temas: globalização, pobreza estrutural e ausência de renda; e ausência de sonhos e o reforço da exclusão social.

Cabe recapitular alguns dados sociodemográficos das oito mulheres desse estudo. Duas dessas mulheres eram negras, seis estavam em situação de extrema pobreza e sete eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Três viviam em casas de ocupação e quatro em casas cedidas por familiares. É com base neste panorama social identificado que se coloca como necessário pensar nos conceitos de globalização e pobreza. Para Milton Santos (2020), a globalização como está posta, atualmente, é perversa, excludente, hegemônica e consumista, urgindo a necessidade de uma nova globalização. Mas, para isso, é necessário erradicar as condições de miséria. Para o autor, não há vida na miséria; a miséria é o completo aniquilamento do sujeito, ou quase isso. Já na pobreza, apesar de todas as dificuldades, há luta, resistência e busca pela possibilidade de seguir existindo. A pobreza de que o autor trata é a pobreza estrutural globalizada, uma forma de pobreza “pervasiva, generalizada, permanente e global” (Santos, 2020 p. 72). Nesta, o Estado se ausenta de sua missão de proteção social, culminando em uma

pobreza quase sem remédio, em que o desemprego e a baixa remuneração do trabalho relegam às camadas populares uma quase impossibilidade de sobrevivência. Só resta o fomento da luta ativa e tomada de consciência, para a formulação de uma política dos *de baixo*, em oposição à política do consumo (Santos, 2020).

As lutas diárias são um lugar conhecido para essas mulheres. A renda, ou ausência dela, é um dos fatores-chave para essas famílias, e quase todas as participantes eram beneficiárias de transferência de renda do governo. Como exemplo das políticas dos *de baixo* (Santos, 2020), aparecem a emancipação e o empoderamento feminino, elementos percebidos como resultantes do processo de implementação do Programa Bolsa Família e da figura da mulher como a primeira referência familiar (Moreira, Ferreira, Lima & Ckagnazaroff, 2012). No entanto, Lavinhas, Cobo e Veiga (2012) pontuam que é necessário mais do que a renda para que o empoderamento feminino ocorra, as mulheres precisam de estímulos, de facilitadores que as auxiliem no processo de desobrigação de suas funções domésticas, estabelecendo um processo reflexivo sobre essas imposições sociais.

Como se pode ver, no caso de Camila, muitas dessas ausências em políticas públicas efetivas e a centralidade dos cuidados no papel feminino (Lavinhas et al., 2012) levaram à sua institucionalização e à de seus irmãos em serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Uma família atravessada por violências, em suas diferentes formas, dentre elas a negligência e a violência institucional, quando, após o falecimento de sua genitora, nenhum outro membro da família assumiu os cuidados das crianças, levando à institucionalização delas. A magnitude dessas ausências se expressa, também, pelo fato de o lugar de cuidado ser destinado somente à figura feminina, que, por vezes, já vivencia a ausência de trabalho e renda. É necessário pontuar aqui que o recorte de raça, gênero e classe social repercute nas possibilidades de trabalho, restando, para a maioria das mulheres em situação de vulnerabilidade social, o trabalho precário e informal (Leonardo & Moraes, 2017).

O documentário “Nunca me sonharam” (Rhoden, 2017) retrata a ausência de perspectiva de vida enfrentada por essas mulheres e famílias, com base na história de alunos de ensino médio da rede pública. A ausência

de projetos de família, comunidade, Estado e sociedade para os jovens reverbera em uma impossibilidade de sonhar. Nas falas das mulheres aqui pesquisadas, é possível identificar as repercussões desse “não sonhar”: violências intra e extrafamiliares, ausência de renda e trabalho, pobreza, uso de substâncias psicoativas, assassinatos, prisões, e outras tantas mazelas humanas, para elas, já cotidianas. Não é possível dissociar a relação entre a violência estrutural, expressa nas desigualdades e opressões de Estado, e a produção das violências cotidianas, instauradas no microssistema (Fernandes & Ramos, 2010). Percebe-se, com base nessa relação, a necessidade de um Estado que ofereça proteção social como uma possibilidade de sonhar esses sujeitos. É preciso transformar um sistema assistencial, correcional e repressivo em um sistema protetor, que seja capaz de mudar a realidade social, com base na implantação de políticas públicas efetivas de Estado, garantindo direitos sociais e humanos (Benelli, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as histórias aqui contadas, ficam evidentes nos relatos de mulheres o atravessamento do fenômeno da violência interpessoal. Os perpetradores são diversos: o Estado, o cônjuge, a mãe, o pai. Mas a realidade que se coloca é: a violência deixa marcas que, frequentemente, atravessam gerações, que revivem esses fenômenos e seguem na busca de elaboração e de caminhos possíveis para seguir. Sobretudo, é necessário pensar que a fome é intensa e diversa: de pão, de moradia, de trabalho e de sonhos. Galeano, em sua maestria, descreveu bem: *“O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços”* (Galeano, p. 81, 2002).

Esse artigo se destaca ao discutir a relação entre violência interpessoal, intergeracionalidade e vulnerabilidade social em mulheres que vivenciam uma vulnerabilidade de renda. Há o recorte da violência de modo ampliado, não centrando somente na violência doméstica, como a maioria dos estudos, mas na permeabilidade do fenômeno nessas famílias de forma transgeracional. Como limitações deste estudo, aponta-se a amostra de mulheres residentes de um único município. Estudos com amostras de

outras regiões do país poderiam contribuir para a compreensão do fenômeno de modo mais ampliado. Assim como estudos com a inclusão de diferentes sujeitos das histórias familiares, tal como filhos, pais, etc.

Diante dessas difíceis realidades, sugere-se o fortalecimento de políticas públicas, programas e serviços que combatam a vulnerabilidade social e de renda em sua raiz, pois fica evidente que, sem isto, não será possível avançar nas demais: assistência social, planejamento familiar, políticas preventivas de saúde mental e para o uso de álcool e drogas, combate à violência, trabalho infantil, entre outras. A agenda de proteção social precisa transcender os muros do CRAS, pois sem habitação, trabalho e renda, pouco se consegue pensar em termos de futuro familiar. Considerando o estudo da OCDE (2018), um brasileiro que esteja entre os 10% mais pobres só verá, em média, um descendente seu chegar à renda média do país na nona geração. Dentre os trinta países analisados, o Brasil é o segundo pior nesse aspecto, demonstrando a persistência da renda intergeracional. Como traz Milton Santos (2020), a miséria é a ausência de vida. E, sem erradicar a miséria financeira, não será possível erradicar-se as demais mazelas transgeracionais: violência, ausência de cuidado, baixo nível educacional e o uso de substâncias psicoativas, dentre outras. Os esforços envidados pelos gestores dessas políticas públicas devem ser pautados pela vida e não há vida onde não há possibilidades: é preciso poder sonhar novos cotidianos para essas mulheres, para que elas sejam capazes de sonhar as novas gerações.

## REFERÊNCIAS

- Benelli, S. J. (2020). *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas*. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Boeckel, M. G., & Prati, L.E. (2016). Genograma Familiar. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Trentini, & J. S. Krug, (Orgs.), *Psicodiagnóstico* (pp. 243-263). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Brasil. (1988). *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- Brasil. (2014). *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Bronfenbrenner, U. (1996) *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Carmo, M. E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), e00101417.
- Carvalho, M. R. D. S., Oliveira, J. F. D., Gomes, N. P., Santos, M. M., Estrela, F. M., & Duarte, H. M. D. S. (2018). Interface entre a violência conjugal e o consumo de álcool pelo companheiro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 2109-2115.
- Colossi, P. M., & Falcke, D. (2019). Implications of experiences in the family of origin and infidelity in violence loving relationships. *Trends in Psychology*, 27, 339-355.
- Costa, F. A de O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.
- Falcke, D., & Féres-Carneiro, T. (2011). Reflexões sobre a violência conjugal: Diferentes contextos, múltiplas expressões. In A. Wagner (Org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea* (pp. 72-87). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2011). A violência na conjugalidade: Possibilidades de intervenção. In Féres-Carneiro, T. (Ed.), *Casal e Família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp.149-160). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Fernandes, L., & Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em bairros degradados: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicodependências*, 16(2), 15-27.
- Galeano, E. (2002). *O livro dos Abraços* (9ª ed). Porto Alegre, RS: L&PM.

- Hines, P. M. (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In B. Carter & M. McGoldrick (Cols.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 440-465). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Jucá-Vasconcelos, H. P., & Féres-Carneiro, T. (2019). Transmissão psíquica geracional: um estudo sobre violência conjugal contra mulheres. *Psicologia-Saberes e Questões*, 1(1).
- Lavinas, L., Cobo, B., & Veiga, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, 6(10), 31-56.
- Leonardo, F. A. M., & de Moraes, A. G. L. (2017). Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, 3(1).
- Moreira, N. C., Ferreira, M. A. M., Lima, A. A. T. D. F. C., & Ckagnazaroff, I. B. (2012). Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 403-423.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 8.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2018). Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social. 2017. Recuperado de <http://www.oecd.org/brazil/socialmobility-2018-BRA-PT.pdf>.
- Razera, J., Bedin, L. M. T., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2022). Família de Origem e Conjugalidade: Considerações sobre a Direcionalidade da Violência. *Revista da SPAGESP*, 23(1), 30-43.
- Razera, J., Tomasi, L. M. B., Oliveira, E. L. D., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2022). Direcionalidade da Violência em Casais Heterossexuais. *Psico-USF*, 27, 527-538.

- Reis, L. M. D., & de Oliveira, M. L. F. (2017). Vulnerabilidade social em famílias que convivem com comportamento aditivo por tempo prolongado. *Acta Paul Enferm*, 30(4), 412-9.
- Rhoden, C. (2017). *Nunca me sonharam*: Maria Farinha Filmes. Documentário.
- Rodrigues, P. S., Souza, A. P., Vernasque, J. R. da S., Gimenez, F. V. M., Sponchiado, V. B. Y., & Marin, M. J. S. (2024). Implicações da violência doméstica contra as mulheres na funcionalidade familiar: revisão integrativa. *Revista De Enfermagem Da UFSM*, 14(10), 1-21.
- Rolim, K. I., & Falcke, D. (2018). Práticas em psicologia no atendimento a situações de violência conjugal em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-16.
- Sakiyama, H. M., Padin, M. D. F. R., Canfield, M., Laranjeira, R., & Mitsuhiro, S. S. (2015). Family members affected by a relative's substance misuse looking for social support: Who are they? *Drug and Alcohol Dependence*, 147, 276-279.
- Santos, J. V. (2015). *Maternidade e os fatores de violência na interação mãe filho*. (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, SP: Record.
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2017). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 33.
- Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 19(1), 46-60.
- Walsh, F. (2016). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Warpechowski, M. B., & De Conti, L. (2019). O silenciamento da violência. In: L. R. Cruz, N. Guareschi & B. M. Battistelli (Org.), *Psicologia e Assistência Social. Encontros possíveis no contemporâneo* (pp. 135-151.) Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

- World Health Organization (WHO). (2002). *Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen*. Organización Panamericana de la Salud-Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud. Washington, D.C, USA. Recuperado de <https://bit.ly/WrmOvv>.
- World Health Organization (WHO). (2014). *Global status report on violence prevention 2014*. Washington, D.C, USA. Recuperado de <https://bit.ly/12sUA5Y>.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre, RS: Bookman.

*Recebido em 08/08/2023*

*Aceito em 15/07/2025*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.